



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOJU/PA
CONCURSO PÚBLICO N.º 01/2016

**RESPOSTA AOS RECURSOS INTERPOSTOS CONTRA O GABARITO OFICIAL
PRELIMINAR DA PROVA OBJETIVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA**

CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO: 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 17.

QUESTÃO 02

RESPOSTA AO RECURSO: INDEFERIDO. A questão aborda a "Compreensão do texto" como Conteúdo Programático. "Os corvos, que estão se revelando verdadeiros Einsteins do reino animal". Ao usar a metonímia Einsteins, ele destaca a superioridade do corvo, pois o cientista citado é o maior entre outros gênios.

Ante o exposto, mantida a alternativa "A".

QUESTÃO 03

RESPOSTA AO RECURSO: INDEFERIDO. A retirada apenas da palavra "único" evita que a frase seja aposentada. Logo a única alternativa correta é a "C".

Ante o exposto, mantida a alternativa "C".

QUESTÃO 09

RESPOSTA AO RECURSO: INDEFERIDO. A única alternativa correta é a "A", em que a palavra "chipanzé" pode também ser escrita da seguinte forma "chimpanzés". A alternativa "C" está errada pois não se usa "ç" na palavra "acessam".

Ante o exposto, mantida a alternativa "A".

QUESTÃO 31

RESPOSTA AO RECURSO: INDEFERIDO. A questão pede que seja marcado quantos metros sobraram e não quantos metros foram utilizados.

Ante o exposto, mantida a alternativa "E".

QUESTÃO 50

RESPOSTA AO RECURSO: INDEFERIDO. A questão aborda "Porcentagem" como Conteúdo Programático.

Ante o exposto, mantida a alternativa "C".

CARGO DE NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO: 16 (VIGIA)

QUESTÃO 06

RESPOSTA AO RECURSO: INDEFERIDO. O verbo haver, no sentido de existir, é impessoal, logo sujeito inexistente. O sujeito oculto ou elíptico é aquele que não é expresso na frase, porém, pode ser definido pela desinência ou pelo contexto, o que não ocorre na presente questão.

Ante o exposto, mantida a alternativa "E".

QUESTÃO 10

RESPOSTA AO RECURSO: INDEFERIDO. "Só" é adjetivo quando significa desacompanhado, solitário, único. "Só" é advérbio quando significa apenas, somente. No trecho "Felicidade é só questão de ser.", a palavra "só" está no sentido de "somente". As alternativas A, B, D e E utilizam a palavra "só" como advérbio, não podendo se marcar, senão vejamos: A) Somente os fracos choram. B) Somente ela estava feliz com ela. D) Quero somente frutas apenas. E) Somente amor, somente amor, cantava ela. Na alternativa "C", o trecho "Mas antes só do que mal acompanhada.", a palavra "só" tem o sentido de desacompanhada, sozinha; diferente do sentido do trecho do comando da questão.

Ante o exposto, mantida a alternativa "C".

QUESTÃO 16

RESPOSTA AO RECURSO: DEFERIDO. Gabarito Retificado da alternativa "E" para a alternativa "C".

QUESTÃO 47

RESPOSTA AO RECURSO: DEFERIDA. Questão anulada por erro de digitação.

QUESTÃO 48

RESPOSTA AO RECURSO: INDEFERIDO. A anulação da questão 47 não prejudica em nada a resolução da questão 48.

Ante o exposto, mantida a alternativa "A".

CARGO DE NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO: 18 (AUXILIAR ADMINISTRATIVO), 19 (MOTORISTA) e 20 (MOTORISTA ESCOLAR)

QUESTÃO 03

RESPOSTA AO RECURSO: INDEFERIDO. O autor diz que: "Devo ter deixado minha fé no bolso da fatiota azul quando fiz minha primeira comunhão". Neste trecho compreende-se que a fé dele foi perdida na infância, fase da vida em que é feita a primeira comunhão. As alternativas "B" e "D" não é feita referência no texto. A alternativa "E" não é afirmada no texto, diz sim que para ele Deus é o entorno (panteísmo).

Ante o exposto, mantida a alternativa "C".

QUESTÃO 05

RESPOSTA AO RECURSO: INDEFERIDO. O conteúdo programático utilizado na questão foi Classe e emprego de palavras, presente no conteúdo divulgado.

Ante o exposto, mantida a alternativa "C".

QUESTÃO 16

RESPOSTA AO RECURSO: INDEFERIDO. O Aposto é o termo posposto ao nome que a ele se iguala Deus = oboé. Oboé é igual a Deus, logo é aposto. O vocativo seria se estivesse assim: "Deus, ó Deus, onde estás que não respondes."

Ante o exposto, mantida a alternativa "A".

QUESTÃO 17

RESPOSTA AO RECURSO: INDEFERIDO. A alternativa correta é a "C", pois ocorre a Metáfora quando um termo substitui outro a partir de uma relação de semelhança. A alternativa "A" está errada, pois não há pensamento oposto (antítese) na oração. A alternativa "B" está errada, pois não há repetição desnecessária (pleonasma) na oração. A alternativa "D" está errada, pois não há aproximação entre elementos que se identificam (comparação) na oração. A alternativa "E" está errada, pois a Ironia é quando você diz o contrário do que você acha, o que não ocorre na oração.

Ante o exposto, mantida a alternativa "C".

QUESTÃO 19

RESPOSTA AO RECURSO: DEFERIDO. Questão anulada por erro de digitação.

QUESTÃO 29

RESPOSTA AO RECURSO: INDEFERIDO. A questão deve ser resolvida utilizando Retas Paralelas e Proporção, conforme resolução a seguir:

$$\frac{6}{x+2} = \frac{4}{x-1} \quad 3(x-1) = 2(x+2) \quad 3x - 3 = 2x + 4 \quad 3x - 2x = 4+3 \quad x = 7$$

$$BD = x+2 = 7+2 = 9$$

Ante o exposto, mantida a alternativa "D".

QUESTÃO 36

RESPOSTA AO RECURSO: INDEFERIDO. O resultado do MMC é igual a 120 segundos que é igual a 2 minutos conforme consta na alternativa "D".

Ante o exposto, mantida a alternativa "D".

QUESTÃO 40

RESPOSTA AO RECURSO: INDEFERIDO. O conteúdo programático utilizado para a elaboração da questão foi números reais que consta no conteúdo divulgado.

Ante o exposto, mantida a alternativa "B".

QUESTÃO 44

RESPOSTA AO RECURSO: INDEFERIDO. Conforme reportagem divulgada no link <http://www.diarioonline.com.br/noticias/para/noticia-373896-brasil-exige-vacinacao-para-angolanos-e-congoleses.html> que assim dispõe:

"Brasil exige vacinação para angolanos e congoleses

Segunda-Feira, 11/07/2016, 16:42:11 - Atualizado em 11/07/2016, 17:03:15 Ver comentário(s)

Resolução da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) determina a exigência do Certificado Internacional de Vacinação e Profilaxia para viajantes procedentes ou que se destinam a Angola e à República Democrática do Congo, na África. As informações são da Agência Brasil.

De acordo com o texto, publicado na edição desta segunda-feira (11) do "Diário Oficial da União", a decisão foi tomada em razão do surto de febre amarela na região e atende recomendação do Comitê de Emergência da Organização Mundial de Saúde (OMS), atualizada em maio deste ano.

Ainda segundo a resolução, no início deste mês, a Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde enviou à Anvisa o pedido de exigência temporária do certificado para viajantes procedentes ou que se destinam a ambos os países.

Será considerado procedente de Angola ou da República Democrática do Congo o viajante que esteve nesses países nos sete dias anteriores a sua chegada ao Brasil.

Viajantes com a vacina contra a febre amarela aplicada há menos de 10 dias terão a entrada permitida no país, mas ficarão em quarentena até que o certificado se torne válido ou por um período de até seis dias, contados a partir da última exposição possível à infecção.

Em caso de contraindicação à vacina, será permitido o ingresso do viajante em território nacional mediante a apresentação de atestado médico em português, inglês, francês ou espanhol.

Transmitida pelo mosquito Aedes aegypti, mesmo vetor do vírus da zika, da dengue e da febre chikungunya, a febre amarela urbana foi notificada pela última vez no Brasil em 1942, no Acre. No ano passado, foram registrados nove casos da doença em sua forma silvestre em todo o Brasil, com cinco mortes. Este ano, até abril, foi identificado um caso com óbito.

A maior parte do território brasileiro é considerada área com recomendação para vacinação de rotina contra a febre amarela. Não fazem parte desta lista os estados do Ceará, Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Pernambuco, Alagoas, Sergipe, do Espírito Santo e Rio de Janeiro.

No Brasil, a vacina contra a febre amarela é aplicada desde 1937, disponível gratuitamente em postos de saúde da rede pública. Segundo o governo, a dose é altamente eficaz e segura para uso a partir dos 9 meses de idade em residentes e viajantes de áreas com recomendação de imunização ou a partir de 6 meses de vida em situações de surto da doença. (Folhapress)"

Ante o exposto, mantida a alternativa "A".

QUESTÃO 46

RESPOSTA AO RECURSO: INDEFERIDO. A questão está de acordo com o art. 99 do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município de Moju (Lei n. 405/89), que assim dispõe: "Art. 99º. – Será concedida ajuda de custo ao funcionário que passar a ter exercício em nova sede. § 1º. – A ajuda de custo destinar-se-á compensação das despesas de vantagem e da nova instalação. § 2º. – Correrá à conta da Administração a despesa de transporte do funcionário e de sua família."

Ante o exposto, mantida a alternativa "C".

QUESTÃO 48

RESPOSTA AO RECURSO: INDEFERIDO. A questão pede para marcar o que não é compreendido pelo plano de assistência. Sendo a alternativa "E" a única correta conforme dispõem os artigos 123 e 124 do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Município de Moju (Lei n. 405/89) a seguir: "Art. 123º. – O município prestará assistência ao funcionário e a sua família, direta ou indiretamente. Art. 124º. – O plano de assistência compreenderá: I – assistência médica e hospitalar; II – previdência, seguro e assistência judiciária; III – pensão em caso de morte do funcionário."

Ante o exposto, mantida a alternativa "E".

CARGO DE NÍVEL MÉDIO COMPLETO: 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29 e 34

QUESTÃO 02

RESPOSTA AO RECURSO: INDEFERIDO. A única alternativa errada é a "C", pois Ana não tinha uma vida próspera. Ela possuía objetos domésticos deteriorados (fogão), pagava com esforço a residência em que morava com a família. A afirmativa da alternativa "B" consta no texto no seguinte trecho: "Como um lavrador. Ela plantara as sementes (...)".

Ante o exposto, mantida a alternativa "C".

QUESTÃO 05

RESPOSTA AO RECURSO: INDEFERIDO. A alternativa correta é a "A" Prosopopeia, que é quando se dá qualidade animada a seres que não a possuem, objetos, plantas, qualidade: A piedade a sufocava. A alternativa "B" está errada, pois não há no trecho a ideia contrária ao sugerido (ironia). A alternativa "C" está errada, pois não há no trecho a igualdade por características símiles (Metáfora). A alternativa "D" está errada, pois Não há pensamento contrário no trecho (Antítese). E, a alternativa "E" está errada, pois não há repetição de termo desnecessário (Pleonasmo).

Ante o exposto, mantida a alternativa "A".

QUESTÃO 14

RESPOSTA AO RECURSO: INDEFERIDO. A única alternativa com sentido denotativo é a "A", pois a personagem sente o cheiro de um elemento real, realmente ela sente o cheiro das árvores do Jardim Botânico. Nas demais alternativas há conotação. Na alternativa "B", há uma relação conotativa, pois, na verdade, não são árvores que crescem e sim os filhos, a conversa (...).

Ante o exposto, mantida a alternativa "A".

QUESTÃO 19

RESPOSTA AO RECURSO: INDEFERIDO. A única alternativa correta é a "A", pois os verbos concordam com os núcleos de seus sujeitos. Esta é uma regra básica: O verbo concorda com o núcleo do sujeito (água crescia); (filhos cresciam). Água" e "filhos" não são objetos e sim núcleos do sujeito.

Ante o exposto, mantida a alternativa "A".

QUESTÃO 25

RESPOSTA AO RECURSO: INDEFERIDO. A questão deve ser resolvida da seguinte forma:

dias	operários	↑	n.º de dias
75	200		8
60	x		10

$$\frac{x}{200} = \frac{75}{60} = \frac{8}{10}$$

$$x \cdot 60 \cdot 10 = 200 \cdot 75 \cdot 8$$

$$x = \frac{200 \cdot 75 \cdot 8}{600} = \frac{75 \cdot 8}{3} = 200$$

Ante o exposto, mantida a alternativa "A".

QUESTÃO 27

RESPOSTA AO RECURSO: INDEFERIDO. Conforme resolução a seguir apresentada, a única alternativa correta é a "E".

letras A E I O U (5)

números 0, 2, 4, 6, 8 (5)

$$\left(\frac{543}{60}\right) \cdot \left(\frac{5432}{120}\right) = 60 \cdot 120 = 7200$$

Ante o exposto, mantida a alternativa "E".

QUESTÃO 29

RESPOSTA AO RECURSO: INDEFERIDO. Conforme resolução a seguir apresentada, a única alternativa correta é a "E".

$$M = \frac{15 \cdot 1000 + 12 \cdot 1500 + 10 \cdot 2500 + 3 \cdot 3000}{40}$$

$$M = \frac{15.000 + 18.000 + 25.000 + 9.000}{40} = \frac{67.000}{40} = 1.675,00$$

Ante o exposto, mantida a alternativa "E".

QUESTÃO 30

RESPOSTA AO RECURSO: INDEFERIDO. O salário que o maior número de funcionários recebe é de R\$1.000,00

Ante o exposto, mantida a alternativa "A".

QUESTÃO 44

RESPOSTA AO RECURSO: INDEFERIDO. A questão deve ser respondida de acordo com os artigos 60 e 61 do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município de Moju (Lei n.º 405/89), que assim dispõem:

Art. 60º. – O funcionário gozará, por ano de exercício, trinta dias consecutivos de férias, remuneradas com um terço a mais do seu vencimento ou remuneração, vedada a sua acumulação.

§ 1º. – É proibido levar à conta de férias qualquer falta ao trabalho.

§ 2º. – Somente depois do primeiro ano de exercício, adquirirá o funcionário direito a férias.

Art. 61º. – Ao entrar em férias, o funcionário comunicará ao chefe do órgão o seu endereço eventual.

I- O funcionário gozará, por ano de exercício, trinta dias consecutivos de férias, remuneradas com um terço a mais do seu vencimento ou remuneração, vedada a sua acumulação.

(CORRETO)

II- É proibido levar à conta de férias qualquer falta ao trabalho. **(CORRETO)**

III- Somente depois do primeiro ano de exercício, adquirirá o funcionário direito a férias.

(CORRETO)

IV- Ao entrar em férias, o funcionário comunicará ao chefe do órgão o seu endereço

EVENTUAL permanente. (ERRADO)

A) Apenas o item I está errado. **(ERRADO, pois o item I está correto)**

B) Apenas os itens II e III estão corretos. **(ERRADO, pois o item I também está correto)**

C) Apenas os itens I e IV estão errados. **(ERRADO, pois o item I está correto)**

D) Os itens I e II estão corretos. **(CORRETO, pois realmente os itens I e II estão corretos.**

A alternativa não afirma que o item III está errado)

E) Todos os itens estão corretos. **(ERRADO, pois o item IV está errado)**

Ante o exposto, mantida a alternativa "D".

QUESTÃO 47

RESPOSTA AO RECURSO: INDEFERIDO. As alternativas A e D são diferentes, senão vejamos:

"A) **Vencimento Básico** é a retribuição pecuniária paga ao servidor pelo desempenho do seu cargo no cumprimento de sua jornada normal de trabalho, cujo valor é estabelecido nesta Lei.

D) **Remuneração** é a retribuição pecuniária paga ao servidor pelo desempenho do seu cargo no cumprimento de sua jornada normal de trabalho, cujo valor é estabelecido nesta Lei."

Ante o exposto, mantida a alternativa "A".

CARGOS 35: ASSISTENTE SOCIAL**QUESTÃO 14**

RESPOSTA AO RECURSO: DEFERIDO. A questão deve ser anulada.

QUESTÃO 24

RESPOSTA AO RECURSO: INDEFERIDO. A questão deve ser respondida conforme dispõe o art. 199 do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município de Moju (Lei n. 405/89), que assim prevê:

Art. 199º. – Aos funcionários cabem os seguintes direitos:

I – salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado;

II – irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;

III – garantia de vencimento nunca inferior ao mínimo para os que percebem remuneração variável;

IV – décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;

V – duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e a quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho;

VI – repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;

VII – proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos nos termos da lei;

VIII – redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;

IX – adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas na forma da lei;

I- proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos. **(CORRETO)**

II- redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança. **(CORRETO)**

III- adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas na forma da lei. **(CORRETO)**

IV- décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria. **(CORRETO)**

Após a leitura destes itens, marque a alternativa correta:

A) Apenas os itens I e II estão corretos. **(ERRADA, pois os itens III e IV também estão corretos.)**

B) Apenas os itens II e III estão corretos. **(ERRADA, pois os itens I e IV também estão corretos.)**

C) Apenas os itens III e IV estão corretos. **(ERRADA, pois os itens I e II também estão corretos.)**

D) Os itens I e III estão corretos. (CORRETA, realmente os itens I e III estão corretos. Em nenhum momento afirma-se que os demais itens estão errados.)

E) Os itens II e IV estão errados. **(ERRADA, pois os itens II e IV estão corretos)**

Ante o exposto, mantida a alternativa "D".

CARGOS 36: AUDITOR FISCAL**QUESTÃO 02**

RESPOSTA AO RECURSO: INDEFERIDO. A única alternativa correta é a "C", pois no trecho "semelhante a", este "a" é preposição + a (aquela: pronome demonstrativo) "de Chapeuzinho". A letra "a" dos pronomes demonstrativo aqueles(as) também receberá acento grave se o termo regente exigir complemento regido da preposição "a". Por esta razão, todas as demais alternativas estão erradas.

Ante o exposto, mantida a alternativa "C".

QUESTÃO 07

RESPOSTA AO RECURSO: INDEFERIDO. A alternativa correta é a "B", pois "Disse a ele que iria denunciá-lo" (oração objetiva direta, sem vírgulas pois não se separa o verbo dos seus objetos) "por estupro, se voltasse a se aproximar (oração condicional/se aproximar, colocação perfeita em próclise pela presença da conjunção condicional) por mim ("por" é

uma possibilidade de substituição de "de"). A alternativa "A" está errada, pois "Disse-o" está incorreto, já que "o" é objeto direto. O correto seria utilizar "lhe" que é objeto indireto = a ele /para ele. As alternativas "C" e "D" também estão erradas, pois está incorreto "que lhe iria denunciar" e "denunciar ele", respectivamente. O correto seria utilizar "denunciá-lo". A alternativa "E" está errada, pois não se usa acento grave diante de pronomes, além de que não se separa o verbo de seu complemento com qualquer ponto (:).

Ante o exposto, mantida a alternativa "B".

QUESTÃO 09

RESPOSTA AO RECURSO: INDEFERIDO. A alternativa "B" está errada, pois "por ele" não é objeto indireto e sim agente da passiva, aquele que praticava a ação quando a oração estava na voz ativa. A alternativa "A" está correta por isso não pode ser marcada, pois "Eu" é o sujeito elíptico. A alternativa "C" também está correta não podendo ser marcada, pois o sujeito é paciente da ação verbal. Na alternativa "D", o adjunto adverbial temporal é "durante a infância". E, a alternativa "E" está correta, também não podendo ser marcada, pois "Ele abusou a filha", sendo o sujeito da oração

Ante o exposto, mantida a alternativa "B".

QUESTÃO 14

RESPOSTA AO RECURSO: DEFERIDO. A questão deve ser anulada.

QUESTÃO 17

RESPOSTA AO RECURSO: INDEFERIDO. A única alternativa correta é a "E", pois apenas o item II está errado, conforme se destaca na reportagem a seguir transcrita:

"Importação de lâmpada fluorescente terá autorização prévia. Medida foi concretizada por conta da proibição da venda deste produto no país.

Por: Agência Brasil

Em 10 DE JULHO, 2016 - 15H59 - ECONOMIA

(I) Com a proibição da venda de lâmpadas incandescentes no país, uma das alternativas são as lâmpadas fluorescentes. Mas nem todos sabem que o descarte delas precisa ser feito com cuidado, pois essas lâmpadas contêm vapor de mercúrio e podem ser prejudiciais ao ambiente e à saúde. (II) Esta semana, resolução do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços determinou que as empresas que vendem lâmpadas fluorescentes só poderão importá-las mediante autorização prévia.

(IV) A norma passa a valer daqui há três meses, e é parte de esforço para o descarte adequado que começou com a Lei n.º 12.305, de 2010. (III) A legislação instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, prevendo que empresas, governo e consumidores se unam para a destinação certa das lâmpadas fluorescentes. Em 2014, empresas do setor firmaram acordo com o Poder Público comprometendo-se com o sistema de logística reversa, que consiste na reutilização, reciclagem ou descarte correto dos resíduos.

Como a maior parte das lâmpadas vendidas no Brasil vem de fora, a resolução condicionando a importação à autorização prévia reforça a fiscalização do governo em relação ao descarte adequado. Segundo o Ministério do Meio Ambiente, a anuência para obter a licença de importação deverá vir do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

O Ministério do Meio Ambiente também repassará informações sobre as empresas ao Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro). Tanto o Meio Ambiente quanto o Inmetro, vinculado ao Ministério da Indústria, Comércio e Serviços, poderão fiscalizar o cumprimento da logística reversa pelo setor de fabricação, importação e venda de lâmpadas.

Segundo Gustavo Fontenele e Silva, coordenador de Energia e Desenvolvimento Sustentável do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, o filtro às importações viabiliza em definitivo a implantação da logística reversa. "Trouxe o elemento que faltava para tornar possível a logística reversa, que é estabelecer a anuência prévia das licenças de importação", afirmou.

Pouca informação

Para Izabel Zaneti, professora do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (UnB), os consumidores no Brasil ainda são pouco informados sobre os riscos do descarte errado das lâmpadas fluorescentes. "As pessoas geralmente compram porque é mais econômica e não sabem da disposição final da lâmpada. Muitas vezes pegam e jogam

em qualquer lugar", diz.

Segundo a professora, apesar de a lâmpada de LED também ser uma alternativa ao fim da comercialização das incandescentes, a fluorescente é a mais popular entre os consumidores. Ela explica que o mercúrio é tóxico para o ser humano e, por isso, é preciso cuidado com o manuseio para a lâmpada fluorescente não quebrar. A professora alerta também que, se for descartada com o lixo comum, a lâmpada pode causar danos ambientais como a contaminação dos lençóis freáticos." (Fonte: <http://www.ormnews.com.br/noticia/importacao-de-lampada-fluorescente-tera-autorizacao-previa>)

Com base na reportagem, os itens constam da seguinte forma:

I- Com a proibição da venda de lâmpadas incandescentes no país, uma das alternativas são as lâmpadas fluorescentes. Mas nem todos sabem que o descarte delas precisa ser feito com cuidado, pois essas lâmpadas contêm vapor de mercúrio e podem ser prejudiciais ao ambiente e à saúde.

II- Esta semana, resolução do Ministério da ~~Importação, Exportação e Relações Internacionais~~ **Indústria, Comércio Exterior e Serviços** determinou que as empresas que vendem lâmpadas fluorescentes só poderão importá-las mediante autorização prévia.

III- A legislação instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, prevendo que empresas, governo e consumidores se unam para a destinação certa das lâmpadas fluorescentes.

IV- Como a maior parte das lâmpadas vendidas no Brasil vem de fora, a resolução condicionando a importação à autorização prévia reforça a fiscalização do governo em relação ao descarte adequado. Segundo o Ministério do Meio Ambiente, a anuência para obter a licença de importação deverá vir do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

A) Apenas as afirmações I e II estão corretas. **(ERRADA, pois a afirmação II está errada)**

B) Apenas as afirmações I, II e III estão corretas. **(ERRADA, pois a afirmação II está errada)**

C) Apenas as afirmações II, III e IV estão corretas. **(ERRADA, pois a afirmação II está errada)**

D) Apenas as afirmações I, II e IV estão corretas. **(ERRADA, pois a afirmação II está errada)**

E) Apenas as afirmações I, III e IV estão corretas. **(CORRETA)"**

Ante o exposto, mantida a alternativa "E".

QUESTÃO 33

RESPOSTA AO RECURSO: INDEFERIDO. A única alternativa que poder ser marcada é a "A", de acordo com o que preceitua o seguinte dispositivo legal:

"Art. 150, CRFB: Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

VI- Instituir impostos sobre:

a) patrimônio, renda ou serviços uns dos outros."

A) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), sobre os serviços de registros públicos, cartorários e notariais. **(ERRADO. A tributação dos serviços de registros públicos, cartorários e notariais não está sujeita à imunidade recíproca. É dizer: o Município pode instituir ISSQN sobre os serviços desta natureza prestados. Vale referir que a questão já foi decidida pelo STF, com repercussão geral (RE 756.915).)**

B) Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), sobre aplicações financeiras dos Municípios. **CORRETO. Vide AgRg na Ação Cível Originária 502 (STF).**

C) Imposto sobre Propriedade de Veículo Automotor (IPVA), sobre os veículos automotores da Empresa de Correios e Telégrafos (ECT). **CORRETO. Vide AgRg na Ação Cível Originária 790 (STF).**

D) Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana (IPTU), sobre imóvel público em que funciona escola pública estadual. **CORRETO.**

E) Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana (IPTU), sobre imóvel de Sociedade de Economia Mista que desempenha serviço de interesse público em caráter exclusivo. **CORRETO. Vide AgRg no RE 861.545.**

Ante o exposto, mantida a alternativa "A".

QUESTÃO 34

RESPOSTA AO RECURSO: INDEFERIDO. A única alternativa correta é a "E", conforme justifica-se a seguir:

A) **Houve afronta ao princípio** da legalidade no que se refere ao Decreto nº 01/2015, eis que a atualização da base de cálculo, por redundar em aumento do valor final do tributo, **só pode ser feita por lei em sentido estrito**. (ERRADO. A mera atualização da base de cálculo não está sujeita ao princípio da legalidade. Art. 97 § 2º, CTN, podendo, portanto, ser feita via Decreto do Prefeito.)

B) **Houve afronta ao princípio da legalidade** apenas no que se refere ao Decreto nº 02/2015, eis que a data do recolhimento do imposto, por potencialmente prejudicar o planejamento do contribuinte, **somente pode ser alterada por lei em sentido estrito**. (ERRADO. A alteração da data do pagamento do tributo não está inserida no rol taxativo do art. 97, CTN, pelo que pode ser feita via Decreto do Prefeito.)

C) **Ambos os Decretos violam o princípio da legalidade**. Além disso, a implementação das alterações em janeiro de 2016 **afronta o princípio da anterioridade nonagesimal**. (ERRADO. Além de não violarem o princípio da legalidade, tanto a atualização da base de cálculo quanto a alteração da data do recolhimento não estão sujeitas ao princípio da anterioridade, pelo que podem ser implementadas quando do lançamento em janeiro/2016. Art. 150 § 1º, CRFB. Vide, a propósito, a SV nº 50, STF, bem como RE AgR 200.844/PR (STF).)

D) Nenhum dos Decretos viola o princípio da legalidade. No entanto, o Decreto nº 01/2015 afronta o princípio da anterioridade nonagesimal. (ERRADO. Nenhum dos Decretos viola nem a legalidade, nem a anterioridade nonagesimal.)

E) Nenhum dos Decretos viola nem o princípio da legalidade, nem o da anterioridade nonagesimal. (CORRETO.)

Ante o exposto, mantida a alternativa "E".

QUESTÃO 35

RESPOSTA AO RECURSO: DEFERIDO. A questão deve ser anulada em razão de repetição das alternativas B e E.

QUESTÃO 39

RESPOSTA AO RECURSO: INDEFERIDO. A única alternativa correta é a "C", conforme preceitua o seguinte dispositivo legal:

"Art. 103, CTN: Salvo disposição em contrário, entram em vigor:

*II- as decisões a que se refere o inciso II do art. 100, quanto a seus efeitos normativos, **30 (trinta) dias após a data da sua publicação.***

Art. 100. São normas complementares das leis, dos tratados e das convenções internacionais e dos decretos:

II- as decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa, a que a lei atribua eficácia normativa."

A) **na data** da sua publicação. (ERRADO. 30 dias após a publicação.)

B) **15 (quinze) dias** após a data da sua publicação. (ERRADO. 30 dias após a publicação.)

C) 30 (trinta) dias após a data da sua publicação. (CORRETO. Art. 103, II, CTN.)

D) **90 (noventa) dias** após a data da sua publicação. (ERRADO. 30 dias após a publicação.)

E) **no primeiro dia do exercício seguinte àquele em que ocorra a sua publicação**. (ERRADO. 30 dias após a publicação.)

Ante o exposto, mantida a alternativa "C".

CARGOS 37: ENFERMEIRO

QUESTÃO 01

RESPOSTA AO RECURSO: INDEFERIDO. A única alternativa correta é a "C", a personagem lobo é provocador de fobia nas crianças. A história da Chapeuzinho Vermelho, criança que teve a avó devorada, e quase era engolida pelo lobo, as músicas que a isso referem "quem tem medo do lobo mau" mostram bem isso. Então, ao dizer que o lobo estava em sua casa, e este era o seu pai, a relatora do fato metaforiza fobias. A alternativa "A" está errada, pois a Ironia é quando se diz o contrário do que se pensa, no caso, ela vê o pai como um bucho predador. A alternativa "B" está errada, pois o lado lúdico é o lado da brincadeira, no caso só há pavor, pânico, vergonha. A alternativa "D" também está errada, pois a denotação é o sentido real. Lobo = bicho, e o sentido usado foi de um lobo homem. A alternativa "E" está incorreta, pois "zoomorfismo" é transformar pessoa em bichos. No caso o Lobo (bicho), foi antropomorfizado em pai (homem).

Ante o exposto, mantida a alternativa "C".

QUESTÃO 06

RESPOSTA AO RECURSO: INDEFERIDO. A única alternativa correta é a "D", pois Rosângela Cohen foi vítima da luxúria, libertinagem, sensualidade exagerada, perversão do pai e do segundo namorado. A alternativa "A" está errada, pois "avareza" é pão durismo e questões relativas a isso não foram citadas no texto. A alternativa "B" também está equivocada, pois uma criança não pode ser culpada por ter corpo belo, seu corpo não tem forma. A alternativa "C" também contém erro, pois a criança foi violentada em casa pelo pai. E, a alternativa "E" também possui erro, pois ela não foi vítima de todos os homens, seu primeiro namorado foi bom e gentil.

Ante o exposto, mantida a alternativa "D".

QUESTÃO 07

RESPOSTA AO RECURSO: INDEFERIDO. A alternativa correta é a "B", pois "Disse a ele que iria denunciá-lo" (oração objetiva direta, sem vírgulas pois não se separa o verbo dos seus objetos) "por estupro, se voltasse a se aproximar (oração condicional/se aproximar, colocação perfeita em próclise pela presença da conjunção condicional) por mim ("por" é uma possibilidade de substituição de "de"). A alternativa "A" está errada, pois "Disse-o" está incorreto, já que "o" é objeto direto. O correto seria utilizar "lhe" que é objeto indireto = a ele /para ele. As alternativas "C" e "D" também estão erradas, pois está incorreto "que lhe iria denunciar" e "denunciar ele", respectivamente. O correto seria utilizar "denunciá-lo". A alternativa "E" está errada, pois não se usa acento grave diante de pronome, além de que não se separa o verbo de seu complemento com qualquer ponto (:).

Ante o exposto, mantida a alternativa "B".

QUESTÃO 14

RESPOSTA AO RECURSO: DEFERIDO. A questão deve ser anulada.

QUESTÃO 17

RESPOSTA AO RECURSO: INDEFERIDO. A única alternativa correta é a "E", pois apenas o item II está errado, conforme se destaca na reportagem a seguir transcrita:

"Importação de lâmpada fluorescente terá autorização prévia. Medida foi concretizada por conta da proibição da venda deste produto no país.

Por: Agência Brasil

Em 10 DE JULHO, 2016 - 15H59 - ECONOMIA

(I) Com a proibição da venda de lâmpadas incandescentes no país, uma das alternativas são as lâmpadas fluorescentes. Mas nem todos sabem que o descarte delas precisa ser feito com cuidado, pois essas lâmpadas contêm vapor de mercúrio e podem ser prejudiciais ao ambiente e à saúde. (II) Esta semana, resolução do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços determinou que as empresas que vendem lâmpadas fluorescentes só poderão importá-las mediante autorização prévia. (IV) A norma passa a valer daqui há três meses, e é parte de esforço para o descarte adequado que começou com a Lei n°12.305, de 2010. (III) A legislação instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, prevendo que empresas, governo e consumidores se unam para a destinação certa das lâmpadas fluorescentes. Em 2014, empresas do setor firmaram acordo com o Poder Público comprometendo-se com o sistema de logística reversa, que consiste na reutilização, reciclagem ou descarte correto dos resíduos.

Como a maior parte das lâmpadas vendidas no Brasil vem de fora, a resolução condicionando a importação à autorização prévia reforça a fiscalização do governo em relação ao descarte adequado. Segundo o Ministério do Meio Ambiente, a anuência para obter a licença de importação deverá vir do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

O Ministério do Meio Ambiente também repassará informações sobre as empresas ao Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro). Tanto o Meio Ambiente quanto o Inmetro, vinculado ao Ministério da Indústria, Comércio e Serviços, poderão fiscalizar o cumprimento da logística reversa pelo setor de fabricação, importação e venda de lâmpadas.

Segundo Gustavo Fontenele e Silva, coordenador de Energia e Desenvolvimento Sustentável do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, o filtro às importações

viabiliza em definitivo a implantação da logística reversa. “Trouxe o elemento que faltava para tornar possível a logística reversa, que é estabelecer a anuência prévia das licenças de importação”, afirmou.

Pouca informação

Para Izabel Zaneti, professora do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (UnB), os consumidores no Brasil ainda são pouco informados sobre os riscos do descarte errado das lâmpadas fluorescentes. “As pessoas geralmente compram porque é mais econômica e não sabem da disposição final da lâmpada. Muitas vezes pegam e jogam em qualquer lugar”, diz.

Segundo a professora, apesar de a lâmpada de LED também ser uma alternativa ao fim da comercialização das incandescentes, a fluorescente é a mais popular entre os consumidores. Ela explica que o mercúrio é tóxico para o ser humano e, por isso, é preciso cuidado com o manuseio para a lâmpada fluorescente não quebrar. A professora alerta também que, se for descartada com o lixo comum, a lâmpada pode causar danos ambientais como a contaminação dos lençóis freáticos." (Fonte: <http://www.ormnews.com.br/noticia/importacao-de-lampada-fluorescente-tera-autorizacao-previa>)

Com base na reportagem, os itens constam da seguinte forma:

I- Com a proibição da venda de lâmpadas incandescentes no país, uma das alternativas são as lâmpadas fluorescentes. Mas nem todos sabem que o descarte delas precisa ser feito com cuidado, pois essas lâmpadas contêm vapor de mercúrio e podem ser prejudiciais ao ambiente e à saúde.

II- Esta semana, resolução do Ministério da ~~Importação, Exportação e Relações Internacionais~~ Indústria, Comércio Exterior e Serviços determinou que as empresas que vendem lâmpadas fluorescentes só poderão importá-las mediante autorização prévia.

III- A legislação instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, prevendo que empresas, governo e consumidores se unam para a destinação certa das lâmpadas fluorescentes.

IV- Como a maior parte das lâmpadas vendidas no Brasil vem de fora, a resolução condicionando a importação à autorização prévia reforça a fiscalização do governo em relação ao descarte adequado. Segundo o Ministério do Meio Ambiente, a anuência para obter a licença de importação deverá vir do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

A) Apenas as afirmações I e II estão corretas. **(ERRADA, pois a afirmação II está errada)**

B) Apenas as afirmações I, II e III estão corretas. **(ERRADA, pois a afirmação II está errada)**

C) Apenas as afirmações II, III e IV estão corretas. **(ERRADA, pois a afirmação II está errada)**

D) Apenas as afirmações I, II e IV estão corretas. **(ERRADA, pois a afirmação II está errada)**

E) Apenas as afirmações I, III e IV estão corretas. **(CORRETA)"**

Ante o exposto, mantida a alternativa "E".

QUESTÃO 24

RESPOSTA AO RECURSO: INDEFERIDO. A questão deve ser respondida conforme dispõe o art. 199 do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Município de Moju (Lei n. 405/89), que assim prevê:

Art. 199º. – Aos funcionários cabem os seguintes direitos:

I – salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado;

II – irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;

III – garantia de vencimento nunca inferior ao mínimo para os que percebem remuneração variável;

IV – décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;

V – duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e a quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho;

VI – repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;

VII – proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos nos termos da lei;

VIII – redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;

IX – adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas na forma da lei;

- I- proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos. **(CORRETO)**
II- redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança. **(CORRETO)**
III- adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas na forma da lei. **(CORRETO)**
IV- décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria. **(CORRETO)**

Após a leitura destes itens, marque a alternativa correta:

- A) Apenas os itens I e II estão corretos. **(ERRADA, pois os itens III e IV também estão corretos.)**
B) Apenas os itens II e III estão corretos. **(ERRADA, pois os itens I e IV também estão corretos.)**
C) Apenas os itens III e IV estão corretos. **(ERRADA, pois os itens I e II também estão corretos.)**
D) Os itens I e III estão corretos. **(CORRETA, realmente os itens I e III estão corretos. Em nenhum momento afirma-se que os demais itens estão errados.)**
E) Os itens II e IV estão errados. **(ERRADA, pois os itens II e IV estão corretos)**
Ante o exposto, mantida a alternativa "D".

QUESTÃO 33

RESPOSTA AO RECURSO: INDEFERIDO. A questão 33 não está igual à fonte fornecida pela recorrente. Logo, é iné dita.

Ante o exposto, mantida a alternativa "B".

QUESTÃO 45

RESPOSTA AO RECURSO: DEFERIDO. A questão deve ser anulada.

QUESTÃO 49

RESPOSTA AO RECURSO: DEFERIDO. A questão deve ser anulada, pois há 02 alternativas corretas.

CARGOS 38: ENGENHEIRO AGRÔNOMO

QUESTÃO 14

RESPOSTA AO RECURSO: DEFERIDO. A questão deve ser anulada.

QUESTÃO 24

RESPOSTA AO RECURSO: INDEFERIDO. A questão deve ser respondida conforme dispõe o art. 199 do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Município de Moju (Lei n. 405/89), que assim prevê:

Art. 199º. – Aos funcionários cabem os seguintes direitos:

I – salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado;

II – irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;

III – garantia de vencimento nunca inferior ao mínimo para os que percebem remuneração variável;

IV – décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;

V – duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e a quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho;

VI – repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;

VII – proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos nos termos da lei;

VIII – redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;

IX – adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas na forma da lei;

- I- proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos. **(CORRETO)**
II- redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança. **(CORRETO)**
III- adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas na forma da lei. **(CORRETO)**

IV- décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria.

(CORRETO)

Após a leitura destes itens, marque a alternativa correta:

A) Apenas os itens I e II estão corretos. **(ERRADA, pois os itens III e IV também estão corretos.)**

B) Apenas os itens II e III estão corretos. **(ERRADA, pois os itens I e IV também estão corretos.)**

C) Apenas os itens III e IV estão corretos. **(ERRADA, pois os itens I e II também estão corretos.)**

D) Os itens I e III estão corretos. (CORRETA, realmente os itens I e III estão corretos. Em nenhum momento afirma-se que os demais itens estão errados.)

E) Os itens II e IV estão errados. **(ERRADA, pois os itens II e IV estão corretos)**

Ante o exposto, mantida a alternativa "D".

QUESTÃO 34

RESPOSTA AO RECURSO: INDEFERIDO. A única alternativa correta é a "C", pois segundo MALAVOLTA, E.; PIMENTEL-GOMES, F. & ALCARDE, J. C. Adubos e Adubações. São Paulo: Nobel, 2011: "A clorofila, que é a substância verde, aproveitando a energia existente na luz solar, combinação quimicamente o oxigênio com a água e forma os carboidratos".

Ante o exposto, mantida a alternativa "C".

CARGOS 39: FISIOTERAPEUTA

QUESTÃO 14

RESPOSTA AO RECURSO: DEFERIDO. A questão deve ser anulada.

QUESTÃO 50

RESPOSTA AO RECURSO: DEFERIDO. A questão deve ser anulada, pois possui mais de uma alternativa correta.

CARGOS 40: FONOAUDIÓLOGO

QUESTÃO 14

RESPOSTA AO RECURSO: DEFERIDO. A questão deve ser anulada.

QUESTÃO 37

RESPOSTA AO RECURSO: INDEFERIDO. A falha de digitação não prejudica a resolução da questão.

Ante o exposto, mantida a alternativa "D".

QUESTÃO 44

RESPOSTA AO RECURSO: INDEFERIDO. O erro de digitação na alternativa "A" não invalida a questão.

Ante o exposto, mantida a alternativa "B".

CARGOS 41: MÉDICO CLÍNICO GERAL

QUESTÃO 02

RESPOSTA AO RECURSO: INDEFERIDO. A única alternativa correta é a "C", pois no trecho "semelhante a", este "a" é preposição + a (aquela: pronome demonstrativo) "de Chapeuzinho". A letra "a" dos pronomes demonstrativo aqueles(as) também receberá acento grave se o termo regente exigir complemento regido da preposição "a". Por esta razão, todas as demais alternativas estão erradas.

Ante o exposto, mantida a alternativa "C".

QUESTÃO 14

RESPOSTA AO RECURSO: DEFERIDO. A questão deve ser anulada.

QUESTÃO 34

RESPOSTA AO RECURSO: DEFERIDO. O gabarito deve ser retificado para a alternativa "B"

QUESTÃO 44

RESPOSTA AO RECURSO: DEFERIDO. A questão deve ser anulada por conter duas alternativas corretas.

CARGOS 43: PROFESSOR - LICENCIADO EM PEDAGOGIA**QUESTÃO 01**

RESPOSTA AO RECURSO: INDEFERIDO. A única alternativa correta é a "C", a personagem lobo é provocador de fobia nas crianças. A história da Chapeuzinho Vermelho, criança que teve a avó devorada, e quase era engolida pelo lobo, as músicas que a isso referem "quem tem medo do lobo mau" mostram bem isso. Então, ao dizer que o lobo estava em sua casa, e este era o seu pai, a relatora do fato metaforiza fobias. A alternativa "A" está errada, pois a Ironia é quando se diz o contrário do que se pensa, no caso, ela vê o pai como um bucho predador. A alternativa "B" está errada, pois o lado lúdico é o lado da brincadeira, no caso só há pavor, pânico, vergonha. A alternativa "D" também está errada, pois a denotação é o sentido real. Lobo = bicho, e o sentido usado foi de um lobo homem. A alternativa "E" está incorreta, pois "zoomorfismo" é transformar pessoa em bichos. No caso o Lobo (bicho), foi antropomorfizado em pai (homem).

Ante o exposto, mantida a alternativa "C".

QUESTÃO 02

RESPOSTA AO RECURSO: INDEFERIDO. A única alternativa correta é a "C", pois no trecho "semelhante a", este "a" é preposição + a (aquela: pronome demonstrativo) "de Chapeuzinho". A letra "a" dos pronomes demonstrativo aqueles(as) também receberá acento grave se o termo regente exigir complemento regido da preposição "a". Por esta razão, todas as demais alternativas estão erradas.

Ante o exposto, mantida a alternativa "C".

QUESTÃO 06

RESPOSTA AO RECURSO: INDEFERIDO. A única alternativa correta é a "D", pois Rosângela Cohen foi vítima da luxúria, libertinagem, sensualidade exagerada, perversão do pai e do segundo namorado. A alternativa "A" está errada, pois "avareza" é pão durismo e questões relativas a isso não foram citadas no texto. A alternativa "B" também está equivocada, pois uma criança não pode ser culpada por ter corpo belo, seu corpo não tem forma. A alternativa "C" também contém erro, pois a criança foi violentada em casa pelo pai. E, a alternativa "E" também possui erro, pois ela não foi vítima de todos os homens, seu primeiro namorado foi bom e gentil.

Ante o exposto, mantida a alternativa "D".

QUESTÃO 07

RESPOSTA AO RECURSO: INDEFERIDO. A alternativa correta é a "B", pois "Disse a ele que iria denunciá-lo" (oração objetiva direta, sem vírgulas pois não se separa o verbo dos seus objetos) "por estupro, se voltasse a se aproximar (oração condicional/se aproximar, colocação perfeita em próclise pela presença da conjunção condicional) por mim ("por" é uma possibilidade de substituição de "de"). A alternativa "A" está errada, pois "Disse-o" está incorreto, já que "o" é objeto direto. O correto seria utilizar "lhe" que é objeto indireto = a ele /para ele. As alternativas "C" e "D" também estão erradas, pois está incorreto "que lhe iria denunciar" e "denunciar ele", respectivamente. O correto seria utilizar "denunciá-lo". A alternativa "E" está errada, pois não se usa acento grave diante de pronome, além de que não se separa o verbo de seu complemento com qualquer ponto (:).

Ante o exposto, mantida a alternativa "B".

QUESTÃO 08

RESPOSTA AO RECURSO: INDEFERIDO. A única alternativa que seguiu a norma coloquial foi a "E". A norma coloquial em Português dá preferência à próclise, pois a norma culta obrigaria à ênclise visto não se começar oração com pronome oblíquo. As demais alternativas alternativas todas utilizaram a norma culta, senão vejamos: A) correta, a próclise ou a ênclise; B) obrigatória a próclise pela atração da conjunção subordinativa "Quando"; C) Ênclise obrigatória, início de oração; D) correta pela preposição ser atrativa à próclise.

Ante o exposto, mantida a alternativa "E".

QUESTÃO 10

RESPOSTA AO RECURSO: INDEFERIDO. A única alternativa correta é a "C", pois a palavra "egoísta" é acentuada por ser um "i" em hiato. igual à sa-í-da. As demais alternativas não apresentam i, tônico, em hiato, senão vejamos: A) Paroxítona terminada em ditongo; B) proparoxítona, todas são acentuadas; D) oxítona terminada em "em"; E) paroxítona terminada em ditongo.

Ante o exposto, mantida a alternativa "C".

QUESTÃO 14

RESPOSTA AO RECURSO: DEFERIDO. A questão deve ser anulada.

QUESTÃO 18

RESPOSTA AO RECURSO: INDEFERIDO. A única alternativa que está errada,, que não se pode afirmar sobre a reportagem da questão é a "C", pois " Quem for flagrado com as luzes apagadas será multado por infração **LEVE** grave e terá quatro pontos na carteira de habilitação.

"A seguir transcreve-se a reportagem na íntegra:

Farol baixo em rodovias é obrigatório a partir desta sexta

Objetivo da medida é aumentar a segurança nas estradas do Brasil

Por: Agência Brasil

Em 08 DE JULHO, 2016 - 08H00 - BRASIL

(A) A partir desta sexta-feira (8), o farol baixo aceso durante o dia em rodovias é obrigatório. (B e C) Quem for flagrado com as luzes apagadas será multado em R\$ 85,13, por infração leve, e terá quatro pontos na carteira de habilitação.

(D) O objetivo da medida é aumentar a segurança nas estradas, reduzindo o número de acidentes frontais. (E) Segundo o Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), estudos mostram que a presença de luzes acesas reduz entre 5% e 10% o número de colisões entre veículos durante o dia. A maioria das colisões frontais é causada pela não percepção do outro veículo por parte do motorista, a tempo de reagir para evitar o acidente ou pelo julgamento errado da distância e velocidade do veículo que trafega na direção contrária em casos de ultrapassagem.

O farol baixo não pode ser substituído por farol de milha, farol de neblina ou farolete, mas o uso de faróis de rodagem diurna (DRL - Daytime Running Light), ou faróis de LED, está liberado pelo Denatran. O DRL é um filamento de luzes de LED, presente em veículos mais modernos e acionado automaticamente quando o carro é ligado. A validade do DRL para a nova regra chegou a ser questionada, mas o Denatran esclareceu ontem (7) que esse tipo de iluminação também é válido. A orientação de considerar as luzes DRL como farol baixo para fins legais já foi passada à Polícia Rodoviária Federal e aos demais órgãos do Sistema Nacional de Trânsito.

A lei que estabelece a medida foi sancionada pelo presidente interino Michel Temer no dia 24 de maio. A mudança teve origem em um projeto de lei apresentado pelo deputado federal Rubens Bueno (PPS-PR) e foi aprovada pelo Senado em abril.

O uso do farol baixo durante o dia já é exigido para ônibus, ao circularem em vias próprias, e para motocicletas. Também é obrigatório para todos os veículos em túneis.

Mais segurança nas estradas

A Polícia Rodoviária Federal vai começar a multar hoje os motoristas que não estiverem com os faróis acesos durante o dia nas rodovias. Desde que a lei foi sancionada, os policiais vêm conversando com os motoristas sobre a importância de deixar os faróis ligados.

Para o assessor de comunicação da PRF, Diego Brandão, os condutores não vão ter dificuldades em se adaptar à nova regra. "É uma mudança cultural. É importante que o motorista seja sensibilizado de que, ao adotar a medida, além de fugir das penalidades impostas pela lei, ele contribui para a diminuição de acidentes, que é o mais importante".

Segundo Brandão, qualquer medida que aumente a visibilidade de um veículo pode ajudar na redução de acidentes. "Apesar de não haver estudos técnicos na PRF sobre o assunto, temos diversas situações e relatos sobre a causa do acidente ter sido a falta de visibilidade. Então, acreditamos que o aumento da visibilidade vai contribuir para essa redução", diz."

(Fonte: <http://www.ormnews.com.br/noticia/farol-baixo-em-rodovias-e-obrigatorio-a-partir-desta-sexta>)

Ante o exposto, mantida a alternativa "C".

QUESTÃO 24

RESPOSTA AO RECURSO: INDEFERIDO. A questão deve ser respondida conforme dispõe o art. 199 do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município de Moju (Lei n. 405/89), que assim prevê:

Art. 199º. – Aos funcionários cabem os seguintes direitos:

I – salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado;

II – irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;

III – garantia de vencimento nunca inferior ao mínimo para os que percebem remuneração variável;

IV – décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;

V – duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e a quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho;

VI – repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;

VII – proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos nos termos da lei;

VIII – redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;

IX – adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas na forma da lei;

I- proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos. **(CORRETO)**

II- redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança. **(CORRETO)**

III- adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas na forma da lei. **(CORRETO)**

IV- décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria. **(CORRETO)**

Após a leitura destes itens, marque a alternativa correta:

A) Apenas os itens I e II estão corretos. **(ERRADA, pois os itens III e IV também estão corretos.)**

B) Apenas os itens II e III estão corretos. **(ERRADA, pois os itens I e IV também estão corretos.)**

C) Apenas os itens III e IV estão corretos. **(ERRADA, pois os itens I e II também estão corretos.)**

D) Os itens I e III estão corretos. (CORRETA, realmente os itens I e III estão corretos. Em nenhum momento afirma-se que os demais itens estão errados.)

E) Os itens II e IV estão errados. **(ERRADA, pois os itens II e IV estão corretos)**

Ante o exposto, mantida a alternativa "D".

QUESTÃO 23

RESPOSTA AO RECURSO: INDEFERIDO. A única alternativa que não se pode afirmar é a "E", pois: " Será ~~parcial~~ **integral** o vencimento ou remuneração do funcionário licenciado, para tratamento de saúde, acidentado em serviço, atacado de doença profissional ou das moléstias indicadas no artigo anterior.". As demais alternativas estão de acordo com os dispositivos legais do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município de Moju (Lei n. 405/89) a seguir transcritos:

"Art. 71º. – A licença para tratamento de saúde será a pedido ou "ex officio",

Parágrafo único – Num e noutro caso, é indispensável a inspeção médica que deverá realizar-se, sempre que necessário na residência do funcionário, facultando-se à administração, sem em dúvida razoável, exigir a inspeção por outro médico ou junta oficial.

Art. 72º. – O atestado médico e o laudo da junta nenhuma referência farão ao nome ou à natureza da doença de que sofra o funcionário, salvo se se tratar de lesões produzidas por acidente, de doença profissional ou quaisquer das moléstias referidas no art.76º. **(A)**

Art. 73º. – No curso da licença o funcionário abster-se-á de atividade remunerada, sob pena de interrupção imediata da mesma licença, com perda total do vencimento ou remuneração até que reassuma o cargo. **(B)**

Art. 74º. – Será punido disciplinarmente o funcionário que se recusar a inspeção médica, cessando os efeitos de pena, logo que se verifique a inspeção **(C)**.

Art. 75º. – Considerado apto em inspeção médica, o funcionário reassumirá o exercício sob pena de se apurarem como faltas os dias de ausência. **(D)**

Parágrafo único – No curso da licença poderá o funcionário requerer inspeção médica caso se

julgue em condições de reassumir o exercício.

Art. 76º. – A licença a funcionário atacado de tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, lepra, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose, anquilosante, nefropatia grave, será concedida quando a inspeção médica na o concluir pela necessidade imediata da aposentaria.

Art. 77º. – será integral o vencimento ou remuneração do funcionário licenciado, para tratamento de saúde, acidentado em serviço, atacado de doença profissional ou das moléstias indicadas no artigo anterior. **(E)**.

Ante o exposto, mantida a alternativa "E".

QUESTÃO 30

RESPOSTA AO RECURSO: INDEFERIDO. As alternativas "A" e "C" possuem respostas diferentes.

Ante o exposto, mantida a alternativa "C".

QUESTÃO 35

RESPOSTA AO RECURSO: INDEFERIDO. A alternativa correta é a "E". As demais alternativas estão erradas, pelas razões indicadas a seguir:

I- As duas áreas de desenvolvimento: Zona de Desenvolvimento Real e Zona de Desenvolvimento Proximal são relevantes para a aprendizagem da criança. **(CORRETA)**

II- A Zona de Desenvolvimento Real diz respeito às funções psíquicas e aos conhecimentos que o sujeito domina. **(CORRETA)**

III- A Zona de Desenvolvimento Proximal envolve o conjunto de conhecimentos que o sujeito pode desenvolver com a intervenção de outra pessoa. **(CORRETA)**

IV- As trocas de conhecimentos que as crianças realizam, em trabalhos em grupo, provocam reflexão e conflitos sociocognitivos necessários para a aprendizagem. **(CORRETA)**

- Fonte: VYGOTSKY, L. S. Pensamento e linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

Ante o exposto, mantida a alternativa "E".

QUESTÃO 37

RESPOSTA AO RECURSO: INDEFERIDO. A única alternativa correta é a "D", conforme fonte:

<http://educador.brasilecola.uol.com.br/trabalho-docente/o-principio-da-interdisciplinaridade-transversalidade.htm> Em nenhum momento a questão exclui outros temas transversais.

Ante o exposto, mantida a alternativa "D".

QUESTÃO 47

RESPOSTA AO RECURSO: INDEFERIDO. A alternativa "C" está de acordo com a Fonte ZABALA, A. A **prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

Ante o exposto, mantida a alternativa "D".

QUESTÃO 49

RESPOSTA AO RECURSO: INDEFERIDO. O erro de digitação não prejudica a questão em nada.

Ante o exposto, mantida a alternativa "C".

QUESTÃO 50

RESPOSTA AO RECURSO: INDEFERIDO. A alternativa correta é a "B". As demais alternativas estão erradas pelas razões indicadas a seguir:

A) O professor deve transmitir, pela sua conduta, a equidade entre os gêneros e a dignidade de cada um individualmente. **(CORRETA)**

B) O educador deve abordar a sexualidade infantil em uma visão binária de identidade, restrita apenas a homem e mulher. **(ERRADA) (O papel da escola é abrir espaço para que a pluralidade de concepções, valores e crenças possa se expressar, sem julgar como certa ou errada a educação que cada família oferece.)**

C) O educador deve reconhecer como legítimo e lícito, por parte das crianças, a busca do prazer e as curiosidades manifestas acerca da sexualidade. **(CORRETA)**

D) O professor transmite valores com relação à sexualidade no seu trabalho cotidiano, na forma de responder ou não às questões trazidas pelos alunos. **(CORRETA)**

E) As temáticas da sexualidade devem ser trabalhadas na ação pedagógica, sem serem invasivas da intimidade e do comportamento de cada aluno. **(CORRETA)**

A questão foi elaborada com a seguinte Fonte: MEC. Parâmetros curriculares nacionais, Orientação sexual. Brasília, 1997, p. 83-89. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro102.pdf>
Ante o exposto, mantida a alternativa "B".

CARGOS 44: PROFESSOR DE ARTES

QUESTÃO 14

RESPOSTA AO RECURSO: DEFERIDO. A questão deve ser anulada.

CARGOS 45: PROFESSOR DE CIÊNCIAS

QUESTÃO 08

RESPOSTA AO RECURSO: INDEFERIDO. A única alternativa que seguiu a norma coloquial foi a "E". A norma coloquial em Português dá preferência à próclise, pois a norma culta obrigaria à ênclise visto não se começar oração com pronome oblíquo. As demais alternativas todas utilizaram a norma culta, senão vejamos: A) correta, a próclise ou a ênclise; B) obrigatória a próclise pela atração da conjunção subordinativa "Quando"; C) Ênclise obrigatória, início de oração; D) correta pela preposição ser atrativa à próclise.
Ante o exposto, mantida a alternativa "".

QUESTÃO 11

RESPOSTA AO RECURSO: INDEFERIDO. A única alternativa correta é a "C". Modo de Segurança com Prompt de Comando. As demais alternativas estão ERRADAS em razão do seguinte:

- A) Modo de Segurança (**ERRADA. Utiliza somente os arquivos e drivers básicos para a inicialização, nenhuma conexão de rede e COM interface gráfica com o usuário**)
- B) Modo de Segurança sem Rede (**ERRADA. Não existe. O Modo de Segurança já não tem conexão com rede por padrão.**)
- C) Modo de Segurança com Prompt de Comando (**CORRETA**)
- D) Última configuração válida. (**ERRADA. Indicada em situações onde a instalação de um novo driver ou programa está causando problemas para a inicialização do sistema**)
- E) Modo de Restauração Padrão. (**ERRADA. Não Existe**)

- Fonte: [https://technet.microsoft.com/pt-br/library/cc787501\(v=ws.10\).aspx](https://technet.microsoft.com/pt-br/library/cc787501(v=ws.10).aspx)

Ante o exposto, mantida a alternativa "C".

QUESTÃO 14

RESPOSTA AO RECURSO: DEFERIDO. A questão deve ser anulada.

QUESTÃO 16

RESPOSTA AO RECURSO: INDEFERIDO. A única alternativa que contém uma afirmativa falsa sobre a reportagem é a "C", pois: "C) A região **Nordeste Sudeste** vem em seguida com 7,2% das tentativas de fraude. O estudo considera as regiões **sudeste nordeste** (3,9%) e sul (2,5%) as mais seguras para compras pela internet."

Segue a transcrição da reportagem:

"Norte tem maior nº de tentativas de fraude em e-commerce

Mapa da Fraude mostra que a cada R\$ 100 em compras na região, R\$ 7,70 é de tentativa de fraude. Ataques mobile crescem no país

Por: Redação ORM News

Em 10 DE JULHO, 2016 - 13H28 - TECNOLOGIA

O Norte é a região brasileira com maior percentual de tentativas de fraude nas compras feitas pela internet no Brasil. A cada R\$ 100 em compras na região, R\$ 7,70 é de tentativa de fraude. (A) Os números constam no Mapa da Fraude 2016, divulgado pela ClearSale, uma empresa especializada em soluções antifraude para transações comerciais. A pesquisa foi realizada entre os meses de janeiro e dezembro.

(B) O mapa traz informações sobre as tentativas de fraudes eletrônicas em todo o país, abrangendo as compras em e-commerce via desktop e mobile em todas as regiões brasileiras no ano de 2015. (C) A região Nordeste vem em seguida com 7,2% das tentativas de fraude. O estudo considera as regiões sudeste (3,9%) e sul (2,5%) as mais seguras para compras pela internet. No ano anterior, o Nordeste tinha sido a região

brasileira mais perigosa para compras virtuais com 7,1%. O Norte havia ficado com 6,4%. Na comparação por Estados, o Pará é o décimo na lista com 7,1% de tentativas. Isso quer dizer que a cada R\$ 100 em compras virtuais no Estado, R\$ 7,10 são tentativas de fraude. O maior percentual nacional é do Tocantins com 11,4% e o menor é do Rio Grande do Sul com 2,2%. **(D) Os segmentos mais procurados pelos fraudadores na região Norte são telefonia celular (14,4%), games (12,9%), automotivo (10,1%), eletrônicos (9,7%) e esportes (9,0%).**

No Pará, o segmento de games fica em primeiro com 15,3%, seguido dos celulares com 13,3% e esportes com 10,2%. Nas plataformas mobile o percentual de tentativa de fraude no Norte sobe para 8,6%, seguido do Nordeste com 7,9%. O percentual do Pará neste ambiente é de 8,1% em tentativas de fraude.

A pesquisa apurou ainda que os cibercriminosos tentam fraudar R\$ 3.610,20 a cada minuto no país. A tentativa de fraude por dispositivos móveis já representa 5,6% do total no Brasil. Apesar dos índices, o gerente de Inteligência Estatística da ClearSale, Omar Jarouche, diz que os consumidores não devem ter medo de fazer compras online. 'Atualmente, existem soluções eficientes no mercado para barrar as ações dos fraudadores e grande parte das lojas virtuais já adota sistemas de prevenção', aponta.

(E) Entre as modalidades mais comuns de fraude estão o uso indevido do cartão de crédito, o phishing, tipo de ataque hacker no qual os criminosos conseguem obter senhas e dados bancários por meio de e-mails falsos, e sites falsos de lojas ou bancos." Fonte: <http://www.ormnews.com.br/noticia/norte-tem-maior-n-de-tentativas-de-fraude-em-e-commerce>

Ante o exposto, mantida a alternativa "C".

CARGOS 46: PROFESSOR DE GEOGRAFIA

QUESTÃO 14

RESPOSTA AO RECURSO: DEFERIDO. A questão deve ser anulada.

QUESTÃO 24

RESPOSTA AO RECURSO: INDEFERIDO. A questão deve ser respondida conforme dispõe o art. 199 do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município de Moju (Lei n. 405/89), que assim prevê:

Art. 199º. – Aos funcionários cabem os seguintes direitos:

I – salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado;

II – irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;

III – garantia de vencimento nunca inferior ao mínimo para os que percebem remuneração variável;

IV – décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;

V – duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e a quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho;

VI – repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;

VII – proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos nos termos da lei;

VIII – redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;

IX – adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas na forma da lei;

I- proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos. **(CORRETO)**

II- redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança. **(CORRETO)**

III- adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas na forma da lei. **(CORRETO)**

IV- décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria. **(CORRETO)**

Após a leitura destes itens, marque a alternativa correta:

A) Apenas os itens I e II estão corretos. **(ERRADA, pois os itens III e IV também estão corretos.)**

B) Apenas os itens II e III estão corretos. **(ERRADA, pois os itens I e IV também estão corretos.)**

C) Apenas os itens III e IV estão corretos. (**ERRADA, pois os itens I e II também estão corretos.**)

D) Os itens I e III estão corretos. (**CORRETA, realmente os itens I e III estão corretos. Em nenhum momento afirma-se que os demais itens estão errados.**)

E) Os itens II e IV estão errados. (**ERRADA, pois os itens II e IV estão corretos**)

Ante o exposto, mantida a alternativa "D".

QUESTÃO 31

RESPOSTA AO RECURSO: INDEFERIDO. A única alternativa correta é a "D". As demais estão erradas em razão do seguinte:

A) já no século XVIII a geografia, enquanto ciência, apresentava um conjunto teórico e metodológico muito bem definido. (a geografia só passou a ser considerada ciência no séc. XIX)

B) a geografia é eminentemente prática, seus aspectos teóricos são pouco eficientes para o seu objetivo fim. (teoria e prática tem peso igual na análise geográfica)

C) a importância da geografia para a leitura do espaço pela sociedade fez com que o Estado, historicamente, não a utilizasse. (o Estado sempre fez uso da geografia)

D) a delimitação do espaço geográfico como objeto de estudo específico da geografia somente ocorreu no século XIX. (correto)

E) o fundamento científico da geográfica pauta-se unicamente no método subjetivo. (a geografia utiliza tanto o método subjetivo como o objetivo)

Fonte: VESENTINI, J. Willian. Geografia: o mundo em transição: ensino médio. São Paulo: Ática, 2010. p. 21-33.

Ante o exposto, mantida a alternativa "D".

QUESTÃO 33

RESPOSTA AO RECURSO: INDEFERIDO. A única alternativa correta é a "B". As demais estão erradas em razão do seguinte:

A) Essa dualidade prevaleceu, como a citação afirma (a citação não faz essa afirmação), no passado. Atualmente essa dicotomia (não)foi completamente superada.

B) No século XIX surgiu a divisão entre geografia física, que estuda as paisagens naturais na superfície terrestre, e geografia humana, responsável por estudar os grupos humanos e sua dimensão espacial. (**CORRETA**)

C) São subdivisões da geografia física: relevo, clima e demografia (demografia é área de estudo da geografia humana); ao passo que política, urbano, rural e economia são especificidades da geografia humana.

D) O nível teórico-metodológico alcançado pela geografia moderna não abre mais espaço para novas especificidades ou subdivisões no saber geográfico. (a dinâmica social, política, econômica e cultural sempre possibilitará o surgimento de novos ramos do saber)

E) A dicotomia existente na ciência geográfica é produto da independência existente entre seus ramos de conhecimento (as áreas do conhecimento geográfico são interdependentes).

Fonte: VESENTINI, J. Willian. Geografia: o mundo em transição: ensino médio. São Paulo: Ática, 2010. p. 21-33.

Ante o exposto, mantida a alternativa "B".

QUESTÃO 36

RESPOSTA AO RECURSO: INDEFERIDO. A única alternativa correta é a C. As demais estão erradas em razão do seguinte:

A) As inovações técnicas que constituem o substrato do meio técnico foram fundamentais para reestabelecer (promover o desequilíbrio ecológico) o equilíbrio ecológico rompido pelas sociedades pré-técnicas.

B) No maio natural, onde predomina a harmonia homem-natureza, as técnicas são inexistentes (existem), pois foi o advento da técnica que possibilitou a degradação dos ecossistemas terrestres (não necessariamente).

C) No meio técnico-científico-informacional, a ciência, a tecnologia e a informação são vitais na produção de novas espécies, animais e vegetais, e de novos materiais, pois elas estão na base da produção do espaço. (**CORRETA**)

D) O meio natural já não existe e o meio técnico está sendo inteiramente suprimido pelo advento do meio técnico-científico-informacional (os meios geográficos coexistem).

E) A Divisão Internacional do Trabalho é fenômeno espacial inerente a dinâmica do capitalismo global. Ela só passou a existir no contexto do meio técnico-científico-informacional (a existência da DIT pré-existe ao MTCI).

Fonte: Milton Santos, 1987, p. 186-192

Ante o exposto, mantida a alternativa "C".

CARGOS 47: PROFESSOR DE HISTÓRIA

QUESTÃO 02

RESPOSTA AO RECURSO: INDEFERIDO. A única alternativa correta é a "C", pois no trecho "semelhante a", este "a" é preposição + a (aquela: pronome demonstrativo) "de Chapeuzinho". A letra "a" dos pronomes demonstrativo aqueles(as) também receberá acento grave se o termo regente exigir complemento regido da preposição "a". Por esta razão, todas as demais alternativas estão erradas.

Ante o exposto, mantida a alternativa "C".

QUESTÃO 06

RESPOSTA AO RECURSO: INDEFERIDO. A única alternativa correta é a "D", pois Rosângela Cohen foi vítima da luxúria, libertinagem, sensualidade exagerada, perversão do pai e do segundo namorado. A alternativa "A" está errada, pois "avareza" é pão durismo e questões relativas a isso não foram citadas no texto. A alternativa "B" também está equivocada, pois uma criança não pode ser culpada por ter corpo belo, seu corpo não tem forma. A alternativa "C" também contém erro, pois a criança foi violentada em casa pelo pai. E, a alternativa "E" também possui erro, pois ela não foi vítima de todos os homens, seu primeiro namorado foi bom e gentil.

Ante o exposto, mantida a alternativa "D".

QUESTÃO 07

RESPOSTA AO RECURSO: INDEFERIDO. A alternativa correta é a "B", pois "Disse a ele que iria denunciá-lo" (oração objetiva direta, sem vírgulas pois não se separa o verbo dos seus objetos) "por estupro, se voltasse a se aproximar (oração condicional/se aproximar, colocação perfeita em próclise pela presença da conjunção condicional) por mim ("por" é uma possibilidade de substituição de "de"). A alternativa "A" está errada, pois "Disse-o" está incorreto, já que "o" é objeto direto. O correto seria utilizar "lhe" que é objeto indireto = a ele /para ele. As alternativas "C" e "D" também estão erradas, pois está incorreto "que lhe iria denunciar" e "denunciar ele", respectivamente. O correto seria utilizar "denunciá-lo". A alternativa "E" está errada, pois não se usa acento grave diante de pronome, além de que não se separa o verbo de seu complemento com qualquer ponto (:).

Ante o exposto, mantida a alternativa "B".

QUESTÃO 11

RESPOSTA AO RECURSO: INDEFERIDO. A única alternativa correta é a "C". Modo de Segurança com Prompt de Comando. As demais alternativas estão ERRADAS em razão do seguinte:

- A) Modo de Segurança (**ERRADA. Utiliza somente os arquivos e drivers básicos para a inicialização, nenhuma conexão de rede e COM interface gráfica com o usuário**)
- B) Modo de Segurança sem Rede (**ERRADA. Não existe. O Modo de Segurança já não tem conexão com rede por padrão.**)
- C) Modo de Segurança com Prompt de Comando (**CORRETA**)
- D) Última configuração válida. (**ERRADA. Indicada em situações onde a instalação de um novo driver ou programa está causando problemas para a inicialização do sistema**)
- E) Modo de Restauração Padrão. (**ERRADA. Não Existe**)

- Fonte: [https://technet.microsoft.com/pt-br/library/cc787501\(v=ws.10\).aspx](https://technet.microsoft.com/pt-br/library/cc787501(v=ws.10).aspx)

Ante o exposto, mantida a alternativa "C".

QUESTÃO 13

RESPOSTA AO RECURSO: INDEFERIDO. A única alternativa correta é a "E", pois $A1=6$, logo $A1>5$, logo $C1 = B1*75\% = 100*75\% = 75$.

- Fonte: <https://support.office.com/pt-br/article/Fun%C3%A7%C3%A3o-SE-69aed7c9-4e8a-4755-a9bc-aa8bbff73be2>

Ante o exposto, mantida a alternativa "E".

QUESTÃO 14

RESPOSTA AO RECURSO: DEFERIDO. A questão deve ser anulada.

QUESTÃO 17

RESPOSTA AO RECURSO: INDEFERIDO. A única alternativa correta é a "E", pois apenas o item II está errado, conforme se destaca na reportagem a seguir transcrita:

"Importação de lâmpada fluorescente terá autorização prévia. Medida foi concretizada por conta da proibição da venda deste produto no país.

Por: Agência Brasil

Em 10 DE JULHO, 2016 - 15H59 - ECONOMIA

(I) Com a proibição da venda de lâmpadas incandescentes no país, uma das alternativas são as lâmpadas fluorescentes. Mas nem todos sabem que o descarte delas precisa ser feito com cuidado, pois essas lâmpadas contêm vapor de mercúrio e podem ser prejudiciais ao ambiente e à saúde. (II) Esta semana, resolução do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços determinou que as empresas que vendem lâmpadas fluorescentes só poderão importá-las mediante autorização prévia. (IV) A norma passa a valer daqui há três meses, e é parte de esforço para o descarte adequado que começou com a Lei nº12.305, de 2010. (III) A legislação instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, prevendo que empresas, governo e consumidores se unam para a destinação certa das lâmpadas fluorescentes. Em 2014, empresas do setor firmaram acordo com o Poder Público comprometendo-se com o sistema de logística reversa, que consiste na reutilização, reciclagem ou descarte correto dos resíduos.

Como a maior parte das lâmpadas vendidas no Brasil vem de fora, a resolução condicionando a importação à autorização prévia reforça a fiscalização do governo em relação ao descarte adequado. Segundo o Ministério do Meio Ambiente, a anuência para obter a licença de importação deverá vir do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

O Ministério do Meio Ambiente também repassará informações sobre as empresas ao Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro). Tanto o Meio Ambiente quanto o Inmetro, vinculado ao Ministério da Indústria, Comércio e Serviços, poderão fiscalizar o cumprimento da logística reversa pelo setor de fabricação, importação e venda de lâmpadas.

Segundo Gustavo Fontenele e Silva, coordenador de Energia e Desenvolvimento Sustentável do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, o filtro às importações viabiliza em definitivo a implantação da logística reversa. "Trouxe o elemento que faltava para tornar possível a logística reversa, que é estabelecer a anuência prévia das licenças de importação", afirmou.

Pouca informação

Para Izabel Zaneti, professora do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (UnB), os consumidores no Brasil ainda são pouco informados sobre os riscos do descarte errado das lâmpadas fluorescentes. "As pessoas geralmente compram porque é mais econômica e não sabem da disposição final da lâmpada. Muitas vezes pegam e jogam em qualquer lugar", diz.

Segundo a professora, apesar de a lâmpada de LED também ser uma alternativa ao fim da comercialização das incandescentes, a fluorescente é a mais popular entre os consumidores. Ela explica que o mercúrio é tóxico para o ser humano e, por isso, é preciso cuidado com o manuseio para a lâmpada fluorescente não quebrar. A professora alerta também que, se for descartada com o lixo comum, a lâmpada pode causar danos ambientais como a contaminação dos lençóis freáticos." (Fonte: <http://www.ormnews.com.br/noticia/importacao-de-lampada-fluorescente-tera-autorizacao-previa>)

Com base na reportagem, os itens constam da seguinte forma:

I- Com a proibição da venda de lâmpadas incandescentes no país, uma das alternativas são as lâmpadas fluorescentes. Mas nem todos sabem que o descarte delas precisa ser feito com cuidado, pois essas lâmpadas contêm vapor de mercúrio e podem ser prejudiciais ao ambiente e à saúde.

II- Esta semana, resolução do Ministério da ~~Importação, Exportação e Relações Internacionais~~ **Indústria, Comércio Exterior e Serviços** determinou que as empresas que vendem lâmpadas fluorescentes só poderão importá-las mediante autorização prévia.

III- A legislação instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, prevendo que empresas, governo e consumidores se unam para a destinação certa das lâmpadas fluorescentes.

IV- Como a maior parte das lâmpadas vendidas no Brasil vem de fora, a resolução

condicionando a importação à autorização prévia reforça a fiscalização do governo em relação ao descarte adequado. Segundo o Ministério do Meio Ambiente, a anuência para obter a licença de importação deverá vir do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

- A) Apenas as afirmações I e II estão corretas. **(ERRADA, pois a afirmação II está errada)**
 B) Apenas as afirmações I, II e III estão corretas. **(ERRADA, pois a afirmação II está errada)**
 C) Apenas as afirmações II, III e IV estão corretas. **(ERRADA, pois a afirmação II está errada)**
 D) Apenas as afirmações I, II e IV estão corretas. **(ERRADA, pois a afirmação II está errada)**
 E) Apenas as afirmações I, III e IV estão corretas. **(CORRETA)"**
Ante o exposto, mantida a alternativa "E".

QUESTÃO 36

RESPOSTA AO RECURSO: DEFERIDO. A questão deve ser anulada por apresentar duas alternativas iguais.

QUESTÃO 41

RESPOSTA AO RECURSO: INDEFERIDO. O erro de digitação na alternativa "E" não prejudica a questão.

Ante o exposto, mantida a alternativa "C".

QUESTÃO 48

RESPOSTA AO RECURSO: DEFERIDO. A questão deve ser anulada por apresentar duas alternativas iguais.

CARGOS 48: PROFESSOR DE LIBRAS / INTÉRPRETE**QUESTÃO 14**

RESPOSTA AO RECURSO: DEFERIDO. A questão deve ser anulada.

CARGOS 49: PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA**QUESTÃO 14**

RESPOSTA AO RECURSO: DEFERIDO. A questão deve ser anulada.

CARGOS 50: PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA**QUESTÃO 14**

RESPOSTA AO RECURSO: DEFERIDO. A questão deve ser anulada.

CARGOS 51: PROFESSOR DE MATEMÁTICA**QUESTÃO 14**

RESPOSTA AO RECURSO: DEFERIDO. A questão deve ser anulada.

QUESTÃO 50

RESPOSTA AO RECURSO: INDEFERIDO. A única alternativa correta é a "E", pois

$$a = 2 \rightarrow \text{Tg}A = 2$$

Este valor de a foi alcançado da seguinte forma:

$$(1, 5)$$

$$(3, 9)$$

$$\begin{vmatrix} x & 1 & 3 & x \\ y & 5 & 9 & y \end{vmatrix} = 0$$

$$5x + 9 + 34 - 9x - 15 - y = 0$$

$$2y - 4x - 6 = 0 \div 2$$

$$y - 2x - 3 = 0$$

$$y = 2x + 3$$

$$f(x) = 2x + 3$$

OU

$$5 = a + b \cdot (-1)$$

$$9 = 3a + b$$

$$-5 = -a - b$$

$$9 = 3a + b$$

$$4 = 2a \quad a = 2$$

$$5 = 2 + b \quad b = 3$$

$$F(x) = 2x + 3$$

Ante o exposto, mantida a alternativa "E".

CARGOS 52: PSICÓLOGO

QUESTÃO 01

RESPOSTA AO RECURSO: INDEFERIDO. A única alternativa correta é a "C", a personagem lobo é provocador de fobia nas crianças. A história da Chapeuzinho Vermelho, criança que teve a avó devorada, e quase era engolida pelo lobo, as músicas que a isso referem "quem tem medo do lobo mau" mostram bem isso. Então, ao dizer que o lobo estava em sua casa, e este era o seu pai, a relatora do fato metaforiza fobias. A alternativa "A" está errada, pois a Ironia é quando se diz o contrário do que se pensa, no caso, ela vê o pai como um bucho predador. A alternativa "B" está errada, pois o lado lúdico é o lado da brincadeira, no caso só há pavor, pânico, vergonha. A alternativa "D" também está errada, pois a denotação é o sentido real. Lobo = bicho, e o sentido usado foi de um lobo homem. A alternativa "E" está incorreta, pois "zoomorfismo" é transformar pessoa em bichos. No caso o Lobo (bicho), foi antropomorfizado em pai (homem).

Ante o exposto, mantida a alternativa "C".

QUESTÃO 07

RESPOSTA AO RECURSO: INDEFERIDO. A alternativa correta é a "B", pois "Disse a ele que iria denunciá-lo" (oração objetiva direta, sem vírgulas pois não se separa o verbo dos seus objetos) "por estupro, se voltasse a se aproximar (oração condicional/se aproximar, colocação perfeita em próclise pela presença da conjunção condicional) por mim ("por" é uma possibilidade de substituição de "de"). A alternativa "A" está errada, pois "Disse-o" está incorreto, já que "o" é objeto direto. O correto seria utilizar "lhe" que é objeto indireto = a ele /para ele. As alternativas "C" e "D" também estão erradas, pois está incorreto "que lhe iria denunciar" e "denunciar ele", respectivamente. O correto seria utilizar "denunciá-lo". A alternativa "E" está errada, pois não se usa acento grave diante de pronome, além de que não se separa o verbo de seu complemento com qualquer ponto (:).

Ante o exposto, mantida a alternativa "B".

QUESTÃO 14

RESPOSTA AO RECURSO: DEFERIDO. A questão deve ser anulada.

QUESTÃO 24

RESPOSTA AO RECURSO: INDEFERIDO. A questão deve ser respondida conforme dispõe o art. 199 do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Município de Moju (Lei n. 405/89), que assim prevê:

Art. 199º. – Aos funcionários cabem os seguintes direitos:

I – salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado;

II – irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;

III – garantia de vencimento nunca inferior ao mínimo para os que percebem remuneração variável;

IV – décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;

V – duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e a quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho;

VI – *repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;*
VII – *proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos nos termos da lei;*

VIII – *redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;*

IX – *adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas na forma da lei;*

I- proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos. **(CORRETO)**

II- redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança. **(CORRETO)**

III- adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas na forma da lei. **(CORRETO)**

IV- décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria. **(CORRETO)**

Após a leitura destes itens, marque a alternativa correta:

A) Apenas os itens I e II estão corretos. **(ERRADA, pois os itens III e IV também estão corretos.)**

B) Apenas os itens II e III estão corretos. **(ERRADA, pois os itens I e IV também estão corretos.)**

C) Apenas os itens III e IV estão corretos. **(ERRADA, pois os itens I e II também estão corretos.)**

D) Os itens I e III estão corretos. (CORRETA, realmente os itens I e III estão corretos. Em nenhum momento afirma-se que os demais itens estão errados.)

E) Os itens II e IV estão errados. **(ERRADA, pois os itens II e IV estão corretos)**

Ante o exposto, mantida a alternativa "D".

CARGOS 53: TERAPEUTA OCUPACIONAL

QUESTÃO 14

RESPOSTA AO RECURSO: DEFERIDO. A questão deve ser anulada.

QUESTÃO 38

RESPOSTA AO RECURSO: DEFERIDO. A questão deve ser anulada, pois possui mais de uma alternativa correta.

Moju/PA, 10 de julho de 2016.

Luciana Neves Gluck Paul

Presidente da Banca Examinadora da Fundação CETAP